



Câmara Municipal de Governador Lindenberg **Estado do Espírito Santo**

Parecer do relator da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final

Projeto de Lei nº 026/2020

O Chefe do Poder Executivo Municipal requer a esta Casa a aprovação do referido Projeto que dispõe sobre Projeto de Lei nº 026/2021 que dispõe sobre abertura de crédito especial para inclusão no orçamento rubrica para incentivo financeiro às ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas em decorrência dos efeitos econômicos e sociais da pandemia da covid-19.

Nos termos do artigo 38, I e § 1º, I do Regimento Interno, cabe a esta Comissão analisar a constitucionalidade e a legalidade do projeto do qual sou Relator e emito o seguinte parecer.

A competência para iniciar o processo legislativo em matéria orçamentária é privativa do Prefeito Municipal, nos termos do artigo 60, XII da Lei Orgânica, e do artigo 30, I, da Constituição Federal, por tratar de matéria de interesse eminentemente local, bem como dispõe no artigo 165, III que diz que é de competência do Executivo a iniciativa de leis que cuide do orçamento anual, definindo parâmetros que devem ser obrigatoriamente seguidos.

O orçamento, sob um aspecto político, deve demonstrar como as verbas serão destinadas e quais os objetivos sociais a serem alcançados com essa distribuição.

A Lei Orçamentária Anual - LOA é o instrumento que estima as receitas e autoriza as despesas do governo de acordo com a previsão de arrecadação, visando concretizar os objetivos e metas propostas no Plano Plurianual, segundo o que fora estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias, e seguir as regras previstas na Lei Complementar 101/2000, em especial observando estritamente o constante no artigo 5º.

Observo que o Executivo cumpriu os requisitos materiais para propor o projeto, pois estimou a receita e a despesa e especificou quanto será destinado ao custeio dos serviços municipais. E ainda, que foram seguidos requisitos os legais quanto à iniciativa da proposta de lei.

Ressalto que o mérito das questões econômicas, financeiras e orçamentárias em si, deverá ser analisado pela Comissão de Finanças e Orçamento.

Por fim, opino pela aprovação do projeto, por estar revestido de constitucionalidade, legalidade e ter boa técnica legislativa.

Governador Lindenberg/ES, 17 de novembro de 2021.

LEOMAR MANDATO

Relator



Câmara Municipal de Governador Lindenberg **Estado do Espírito Santo**

Parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final

Projeto de Lei nº 026/2020

Nos termos do artigo 63 do Regimento Interno desta Casa, as comissões deliberarão, por maioria dos votos, sobre o pronunciamento do relator que, se aprovado, prevalecerá como parecer da Comissão.

O relator opinou pela aprovação do Projeto.

Por fim, esta Comissão, reunida com todos os membros, abaixo assinados, acolhe o voto do relator, manifestando pela aprovação do Projeto de Lei 026/2020.

Governador Lindenberg/ES, 17 de novembro de 2021.

Aloísio Romanha

Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.

Leomar Mandato

Relator

Bidal

Membro